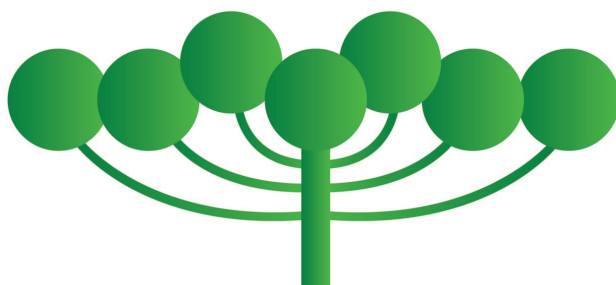


NONNA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 192

Identidade visual inicia campanha do Planejamento Estratégico



TRT PR

Tribunal Regional do Trabalho
Nona Região



O presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, foi empossado no Conselho Nacional de Justiça.

► PÁGINA 4

► Advogado Oduvaldo Rocha, desembargador Arnor Lima Neto, conselheiro Ney Freitas e desembargador Sérgio Lemos (TRT-PR)

Homenagem ao idealizador do Tribunal da Nona Região

Há cerca de 100 anos nascia um homem que teve importante papel na luta pelos direitos dos trabalhadores paranaenses. Advogado, educador e político, Milton Vianna foi fundamental no processo de implantação do Regional da Justiça do Trabalho no Paraná. Durante as comemorações do aniversário de 35 anos do TRT paranaense, ele está sendo homenageado com uma exposição, placa comemorativa, vídeos e outras iniciativas de reconhecimento ao papel histórico que desempenhou.

“Desde que assumi a presidência, buscava uma oportunidade para destacar a importância do professor Milton no processo de criação de nosso Regional. Essa homenagem é uma forma de reconhecimento e de agradecimento por tudo que ele fez pela Justiça do Trabalho”, explicou o desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT, na abertura da exposição “Idealismo e Visão: Milton Vianna”, que conta com fotografias, documentos, anotações pessoais e cartas, no Centro de Memória do Tribunal, em Curitiba.

Milton Vianna foi, no ano de 1950, o fundador da primeira faculdade privada de Direito de Curitiba que oferecia turmas à noite. Na época, somente a Universidade Federal do Paraná tinha curso de Direito e as aulas eram restritas ao turno da manhã. Anos mais tarde, a Faculdade de Direito de Curitiba deu origem ao Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba).

“O professor Milton Vianna foi um dos incentivadores da implantação do Regional do Paraná e, mais tarde, gestionou para que o Tribunal tivesse uma biblioteca própria, que foi inaugurada em 1978, quatro anos após sua morte. O local recebeu seu nome como um tributo ao professor”, lembra a diretora da Biblioteca Milton Vianna, Sônia Regina Locatelli.

Durante mais de trinta anos, Milton Vianna persistiu na luta para trazer um tribunal trabalhista para o Paraná. O esforço está registrado no discurso proferido em Curitiba, em 7 de dezembro de 1976, pelo então presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Mozart Victor Russomano. A gravação do discurso, transformada em vídeo, foi exibida na abertura das comemorações pelos 35 anos do TRT, que aconteceu no dia 12 de setembro.

Marcos Dias, com edição e supervisão de Maria Celeste Corrêa



Milton Vianna e o ministro Mozart Victor Russomano

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Dierichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial

e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Danielle Mengarda, Flaviane Galafassi,
Gladimir Nascimento, Leticia Gabriele,
Marcos Dias e Maria Celeste Corrêa

Fotografia:

Inara Passos, Tiago Silva e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Bruno Calzavara, Daniella Féder,
Gladimir Nascimento, Leticia Gabriele,
Marcos Dias, Maria Celeste Corrêa e
Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

Paraná cumpre todas as Metas e lidera na Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça

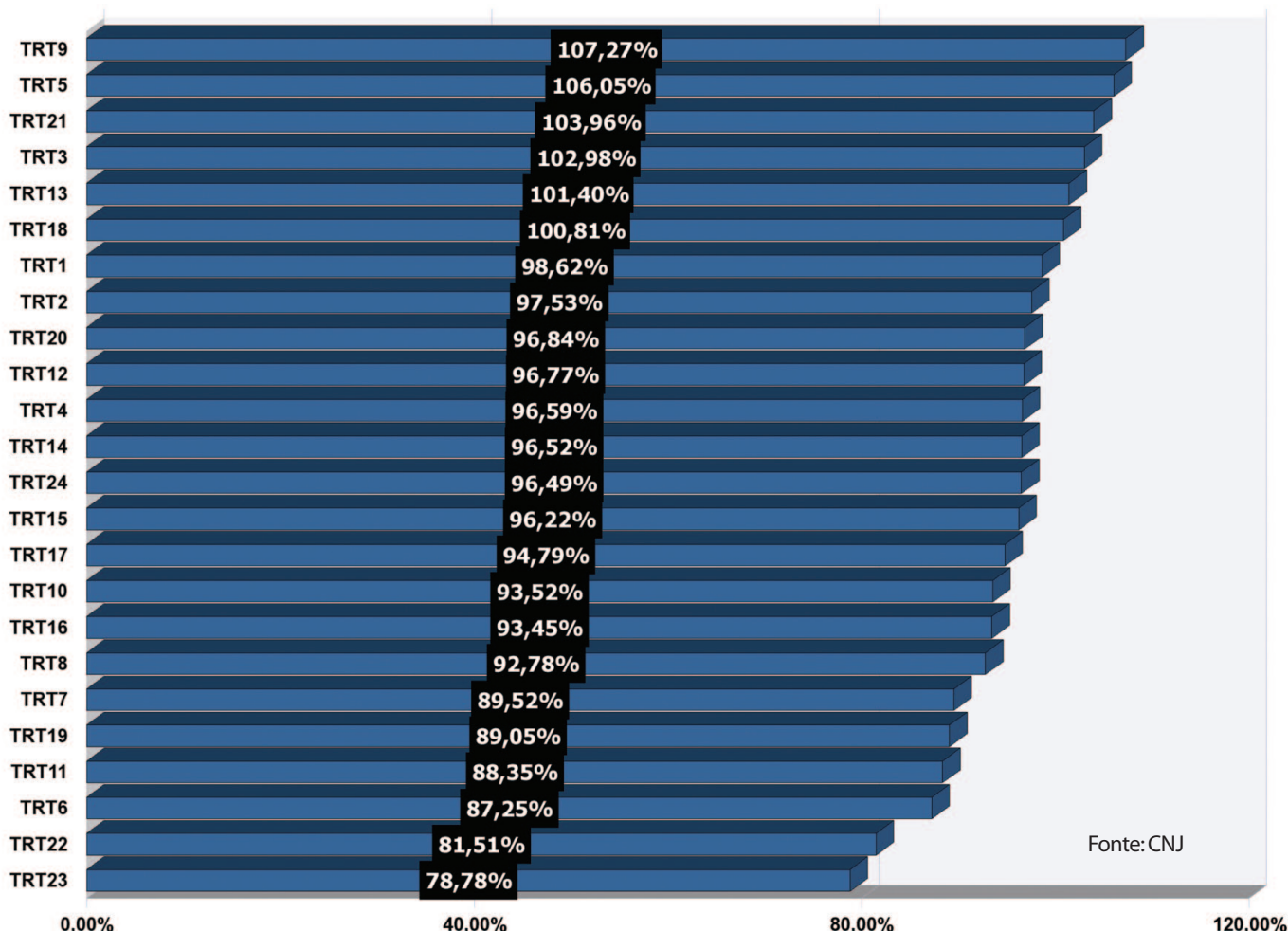
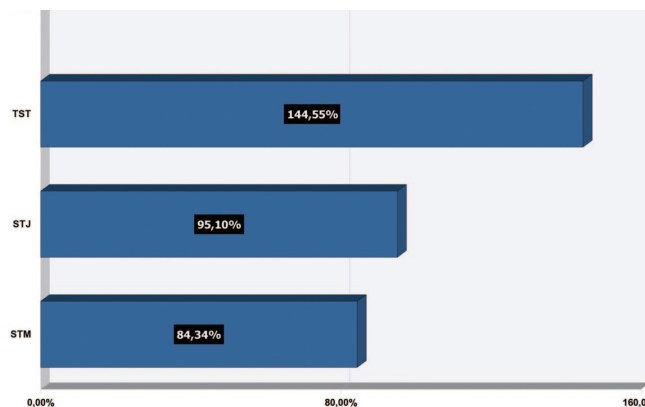
O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), além de ter iniciado o ano com 4 das 5 Metas do CNJ 2011 já cumpridas, está com o melhor desempenho entre os Regionais do Trabalho, até o momento, no cumprimento da Meta que faltava, a Meta 3: julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011, e parcela do estoque, com acompanhamento mensal. O indicador paranaense, no primeiro semestre, ficou em **107,27%**. Entraram 67.819 processos (conhecimento) e foram julgados 72.752.

No panorama geral do Judiciário, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi o Tribunal com melhor desempenho no cumprimento da Meta 3, com 144,55%. Entraram 56.275 processos de conhecimento e foram julgados 81.349.

O conjunto do Poder Judiciário recebeu, no primeiro semestre, mais de 8 milhões de novos processos e julgou quase 7,5 milhões. O número de processos julgados corresponde a 90,45% da quantidade de processos novos. Para cumprir a meta de 2011 e evitar o crescimento do estoque, o Judiciário terá de acelerar o ritmo de julgamento no segundo semestre.

Além do Paraná, outros cinco Regionais cumpriram a meta: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte e Paraíba. No caso da Meta 5 (Criar um núcleo de apoio de execução), o Paraná se antecipou em cerca de um ano, com a criação do Grupo de Apoio à Execução (GAX), pela Corregedoria do TRT-PR.

► META 3 NOS TRIBUNAIS SUPERIORES



Ney José de Freitas é empossado no CNJ



O presidente do TRT-PR, Ney José de Freitas, na bancada do CNJ, durante cerimônia de acolhimento aos novos conselheiros

Em dois momentos, primeiro com a posse “em gabinete” e depois com a solenidade no plenário do Conselho, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas, foi empossado, em agosto, como conselheiro do CNJ. Ele será, no Conselho Nacional de Justiça, o representante dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Os dez novos conselheiros (mais os dois reconduzidos) foram saudados pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, que justificou a discrição da cerimônia. O Judiciário, disse ele, está em choque com o assassinato da juíza Patrícia Acioli, ocorrido em 12 de agosto deste ano, no Rio de Janeiro: “Estamos todos

de luto, mas não podemos deixar de, com menos pompa, celebrar de algum modo a posse dos novos conselheiros.”

Ao assinar o termo de posse, os novos conselheiros destacaram o trabalho do CNJ. Ney José de Freitas disse que “o CNJ trouxe grandes contribuições para a formação do Poder Judiciário. Antes, os tribunais funcionavam como se fossem pequenas ilhas, viviam desconectados entre si, e o Conselho deu o sentido de unidade, bem como a missão de planejamento estratégico e de gestão para os órgãos do Judiciário como um todo”.

O desembargador federal Fernando da Costa Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ressaltou a importância de o Conselho atuar no planejamento estratégico do Judiciário, no acompanhamento do trabalho dos tribunais e também com o propósito de tornar mais integrados os órgãos do Poder Judiciário. “É primordial esse papel do CNJ no sentido de integrar todos os tribunais”, afirmou. O conselheiro Silvío Luis Ferreira da Rocha, juiz federal de São Paulo, por sua vez, enfatizou a evolução do Conselho Nacional de Justiça, ao longo de suas gestões, desde que foi criado. “Minha expectativa é atuar no CNJ para contribuir com a magistratura brasileira. O Conselho atua como órgão nacional do Judiciário e tem o papel de se tornar interlocutor para promover a melhoria de todos os tribunais que integram a Justiça no País”, frisou.

Na solenidade em homenagem aos novos conselheiros, o ministro Peluso destacou a importância do CNJ como “instituição que tem servido de instrumento valoroso para o



Ney Freitas e a juíza Morgana Richa, que fez parte do Conselho Nacional de Justiça nos últimos dois anos

aprimoramento da magistratura". De acordo com o presidente, o Conselho não tem sido apenas um órgão que faz críticas e punições ao Judiciário, mas uma entidade "ainda adolescente" que vai se delineando com sua própria identidade institucional, voltada para a melhoria do Judiciário.

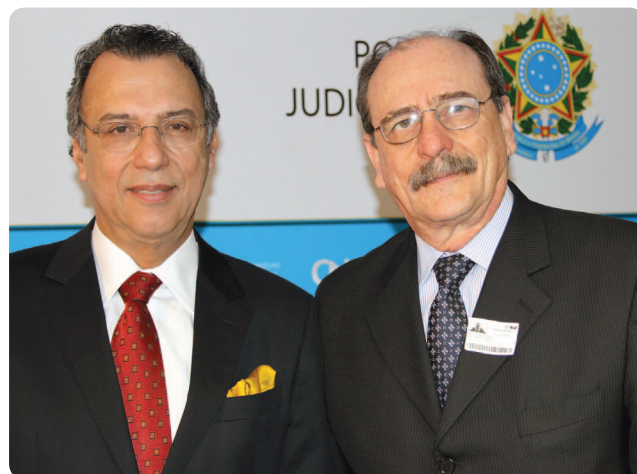
O ministro afirmou que, respeitando a autonomia dos Tribunais e outras instituições que indicaram os conselheiros, acompanhou atentamente as escolhas e está convencido da qualidade da nova composição do Conselho Nacional de Justiça.

► **PARANAENSE** - Ney José de Freitas é curitibano e tem 58 anos. É doutor em Direito pela UFPR e mestre em Direito pela PUCPR. Entrou para o TRT-PR em 1985, como primeiro colocado no concurso público do Tribunal, e foi eleito presidente da Instituição em outubro de 2009. Em 2010, assumiu a coordenação do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), à qual renunciou após a indicação para o CNJ.

Ascom do TRT-PR, com informações da Ascom do CNJ



Ney Freitas e a vice-presidente do TRT-PR, Rosemarie Pimpão



O novo conselheiro e o corregedor do TRT-PR, Arnor Lima Neto



Ney Freitas e o desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos



O juiz Fernando Hoffmann, Ney José de Freitas, o presidente da Amatra IX, Carlos Conte, e o juiz Rafael Palumbo



O corregedor Arnor Lima Neto, o presidente do TRT-RS, Carlos Robinson, e Euclides Rocha, ex-presidente do TRT-PR



Cerimônia de acolhimento aos novos conselheiros, no plenário do Conselho Nacional de Justiça



O advogado Oduvaldo Rocha, o desembargador Arnor Lima Neto, o conselheiro Ney Freitas e o desembargador Sérgio Lemos (TRT-PR)



Ney José de Freitas e Euclides Rocha, ex-presidente do TRT-PR



O advogado Oduvaldo Silva Rocha com o novo conselheiro



O conselheiro com o advogado Luiz Antônio Abagge Filho



Carlos Alberto Robinson, coordenador do Coleprec, e Freitas

Isabella Alves é investida no TRT paranaense

Por meio de permuta entre o TRT do Paraná e o TRT do Mato Grosso do Sul, Isabella Braga Alves foi investida, no dia 1º de agosto, como juíza substituta na 9ª Região. Natural de Curitiba, ela formou-se em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuri) e foi aprovada em 1º lugar no Concurso Público para Juiz do Trabalho.

A permuta foi autorizada através da Resolução Administrativa 58/2011 do órgão Especial do TRT-PR, permitindo à juíza ficar novamente perto da família, que reside na capital paranaense. “É uma alegria muito grande poder voltar para casa, porque já fui estagiária, servidora e agora retorno como magistrada deste Tribunal”, declarou Isabella Alves.

A celebração ainda contou com a participação da representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná (AAT-PR), Mirian Klahold; do diretor cultural da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra), juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti; e da desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista.

Letícia Gabriele, com edição e supervisão de Maria Celeste Corrêa



Inara Passos
Isabella Braga Alves atua há quatro anos na Justiça do Trabalho e agora retorna a Curitiba

Centro de Memória compõe roteiro do Guia dos Museus

O Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná passou a integrar o roteiro do Guia dos Museus Brasileiros, publicação digital e impressa produzida pelo Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram), do Ministério da Cultura. O guia traz dados como ano de criação, endereço, horário de funcionamento, tipologia de acervo, acessibilidade e infraestrutura. Todo o conteúdo é dividido de acordo com as regiões do País.

Em seu acervo, o Centro de Memória do TRT-PR preserva peças e documentos significativos dos 70 anos de trajetória da Justiça Trabalhista no Estado. Por meio de processos, fotografias, documentos, fitas, vídeos, mobiliário e outros objetos, é traçada a evolução do Judiciário na esfera trabalhista no Paraná. O ambiente reproduz, por exemplo, uma sala de audiências das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, que precederam as atuais Varas do Trabalho.

O Guia dos Museus Brasileiros está disponível para consulta e download no site www.museus.gov.br. Na publicação consta um total de 3.118 museus, dos quais 23 são virtuais. Só na Região Sul, onde foi registrado o Centro de Memória do Tribunal, foram contabilizadas 874 instituições. A expectativa é de que o guia facilite o acesso do público aos acervos brasileiros e promova a difusão de informações sobre o setor no País. A versão impressa da publicação, com cerca de 600 páginas, foi lançada no dia 18 de maio, data em que se comemora o Dia Internacional dos Museus.

► **SELO** - Para facilitar a identificação e a conservação dos processos que têm potencial relevância histórica, o TRT-PR disponibilizou o selo Acervo Histórico, que protege esses documentos para pesquisa. Todos os processos selados correm regularmente e, após o arquivamento, caso tenham tramitado na Capital, passam pela avaliação do Centro de Memória e são submetidos aos exames da Comissão de Acervo Histórico. Se aprovados, são encaminhados ao acervo do TRT-PR. Já os processos que tramitam nas Varas do interior são examinados e selecionados na própria unidade. A guarda ou o encaminhamento ao Centro de Memória fica a critério do Juiz Titular da Vara do Trabalho.

Qualquer pessoa pode solicitar a aplicação do Selo Acervo Histórico, em qualquer fase do processo, em qualquer unidade da Justiça do Trabalho no Paraná. Os selos adesivos estão disponíveis nas Varas do Trabalho e nas unidades administrativas, e também está sendo desenvolvida a versão digital, para distinguir os processos que têm importância para a memória e estão tramitando em meio eletrônico.

Marcos Dias, com edição e supervisão de Maria Celeste Corrêa

Nova identidade visual marca início do Planejamento Estratégico no TRT-PR



A atualização da comunicação visual do TRT-PR foi resultado de um estudo dos ícones mais representativos do Estado. Quatro alternativas foram submetidas à aprovação dos desembargadores, que identificaram na Araucária o símbolo mais expressivo.

Derivado da reformulação da identidade visual, foi desenvolvido o selo comemorativo dos 35 anos do Regional paranaense.



O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná tem uma nova identidade em sua comunicação visual. Sai de cena a marca na forma de "9" e começa a ser utilizada a arte escolhida no início de julho pelos desembargadores, que votaram em uma lista de quatro propostas elaboradas pela Assessoria de Comunicação Social. O lançamento da nova assinatura inicia a campanha de divulgação do planejamento estratégico, que está sendo revisado, e nos próximos meses deverá renovar as práticas administrativas de toda a organização.

► **PLANEJAMENTO** - "Com o planejamento estratégico, o Tribunal adota uma linha de gestão altamente técnica, partilhada com todos os magistrados e servidores, e fortemente centrada nos objetivos da instituição", disse o presidente do TRT, desembargador Ney José de Freitas. "Pretendemos que a nova identidade visual sinalize essa mudança, essa opção que fazemos pela renovação administrativa, a partir do planejamento", concluiu.

Depois de consultas abertas a todos os desembargadores, juízes e servidores, o planejamento estratégico tomou forma e encontra-se na fase de confirmação dos objetivos e dos respectivos indicadores. Ele chega em um momento histórico, quando a Justiça do Trabalho completa 70 anos e o TRT chega aos 35 anos de instalação.

► **MARCA NATURAL** - A nova identidade visual do TRT-PR é lançada quando vários Tribunais do Trabalho atualizam sua comunicação, reforçando a identificação regional. Ela foi desenhada a partir de uma pergunta: qual é a imagem que identifica instantaneamente o Paraná? As Cataratas do Iguaçu? O Museu Oscar Niemeyer? Vila Velha? O Jardim Botânico? As colunas da Universidade Federal? Todas representam, de alguma maneira, o Paraná, porém não completamente. Se observado o entorno de cada uma dessas paisagens, no entanto, verifica-se um elemento em comum: em todas elas há araucárias.

O pinheiro-do-Paraná remete, ao mesmo tempo, à nossa história, ao trabalho de nossa gente e à geografia de nos-



A araucária é presença natural na paisagem paranaense

sa terra. Leva o nome do Estado e permeia sua economia – desde a subsistência dos índios até os ciclos da erva-mate e da madeira. Sua semente, o pinhão, é alimento em volta do qual as famílias se reúnem, para o convívio, na reclusão forçada pelo frio do inverno.

A árvore de copas altivas foi plataforma para a autoafirmação paranaense, nas colunas e capitéis que lhe impregnam a escultura e a arquitetura. Ela cresce reta em direção à luz e conquista, com seu esforço, o topo da floresta, dominando todo o dossel. Parece lembrar a luta pela autonomia que marca a história desse Estado, assim como a pinha, que aglutina as sementes, é uma representação orgânica para a ideia de união.

O consórcio da araucária com dezenas de espécies vegetais fornece uma bela metáfora para a colaboração e a liderança, marcas paranaenses visíveis, por exemplo, no espírito associativista que impregna o agronegócio e no pioneirismo que desbravou várias regiões do País.

► **COMO USAR** - A substituição da logomarca antiga pela nova será feita gradativamente, sem gerar despesas. Os arquivos serão centralizados na Assessoria de Comunicação, que os distribuirá às unidades e auxiliará na aplicação. O primeiro uso será, justamente, na divulgação do Planejamento Estratégico.

► **O QUE É PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Liderados pelo Conselho Nacional de Justiça, todos os Tribunais do País passaram a se enquadrar, desde o ano passado, no conjunto de práticas administrativas conhecido como Planejamento Estratégico, que tem como principais características a discussão interna, a transparência, o consenso sobre os objetivos, a coordenação dos esforços para que esses objetivos sejam atingidos e a medição periódica dos resultados.

► **MISSÃO** - Na metodologia do Planejamento Estratégico há um "norte", que recebe o nome de Missão. Embora pareça sempre óbvia, a Missão da organização precisa ser enunciada. Sua reprodução constante é o lembrete para que, todos os dias, os participantes recordem qual é o propósito de seu trabalho. A missão proclamada pelo TRT do Paraná, depois de sucessivas discussões e depurações, foi enunciada como:

Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão.

► **VISÃO** - Essa missão será realizada de acordo com uma visão própria do Tribunal, ou seja, o modo característico como a instituição a "vê". A Visão do TRT-PR, que contém um horizonte, ou seja, um prazo, foi escrita depois da consulta realizada aos magistrados e servidores, no primeiro semestre, e tem a seguinte redação:

Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista, até dezembro de 2016.

► **VALORES** - No processo de elaboração do Planejamento, foram discutidas com os magistrados e servidores as palavras que melhor traduzem os valores envolvidos na realiza-

ção da nossa missão. Os valores mais mencionados pelos que responderam à consulta são:

- Acessibilidade
- Celeridade
- Comprometimento
- Credibilidade
- Efetividade
- Ética
- Inovação
- Respeito
- Responsabilidade socioambiental
- Transparência

► **DIA A DIA** - O Planejamento Estratégico norteará grande parte das ações cotidianas do Tribunal. Para que a missão seja cumprida, foram identificados os objetivos estratégicos. Para eles deverão se voltar as ações dos gestores do Tribunal, nos diferentes níveis da administração. Ao definir o orçamento, por exemplo, o Tribunal utilizará como critério o atendimento aos objetivos estratégicos. Os projetos serão avaliados de acordo com esses objetivos. As decisões que envolvem infraestrutura, investimentos e alocações serão igualmente pautadas por essa metodologia. Em síntese, pode-se dizer que o Planejamento não altera as atividades do dia a dia, mas altera as condições para que essas atividades venham a contribuir para a consecução dos objetivos estratégicos e, por consequência, da missão.



Há décadas a araucária influencia a cultura do Paraná

Nosso uniforme



BANDEIRANTES



Por sugestão de Luiz Gustavo Andrade dos Santos, da Vara do Trabalho de Bandeirantes, foi desenvolvido um escudo para representar o Tribunal nas competições esportivas. O designer Thiago Venâncio, estagiário da Ascom, criou, além do escudo, o uniforme do TRT para futebol. Na camisa, muda somente o nome da unidade. Os interessados podem solicitar a arte pelo email: ascom@trt9.jus.br

Ginástica laboral tem adesão de até 89%

O índice de participação de magistrados e servidores nas sessões de ginástica laboral do TRT-PR chega a 84% na região da capital e a 89% no interior, de acordo com pesquisa feita pela Seção de Fisioterapia no mês de junho. Foram respondidos 842 questionários na capital e região metropolitana e 320 no interior do Estado.

► **CAPITAL** - Para 78% dos entrevistados na região de Curitiba, a atividade contribui para a boa saúde, porém apenas 65% deles praticam algum tipo de exercício físico fora do local de trabalho. Vinte e cinco por cento relataram possuir algum problema de saúde, sendo que 71% deles apresentam incômodos musculares geralmente relacionados aos ombros, costas e pescoço. Apesar disso, 70% afirmaram estar dispostos para o trabalho, além de se considerarem satisfeitos com a atividade desempenhada.

► **INTERIOR** - Nas unidades do interior, 77% acreditam que a ginástica laboral traz benefícios à saúde, mas a prática de atividade física só foi relatada por 64% deles. Com relação ao trabalho, 73% disseram estar dispostos e satisfeitos com as atividades propostas, apesar de 23% dos servidores apresentarem algum problema de saúde, sendo que 66% relataram dores musculares.

Os questionários respondidos serão utilizados para direcionar os trabalhos da ginástica laboral e mostrar o perfil dos servidores do TRT paranaense, permitindo a comparação de dados e a avaliação da evolução do programa desenvolvido.



Servidores do Gabinete da Desembargadora Nair Maria Ramos Gubert durante a ginástica laboral



Professor Samuel Oliveira durante a ginástica laboral, na Comissão de Uniformização de Jurisprudência

GAX ganha nova sede e intensifica projetos

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está intensificando medidas para acelerar a conclusão dos processos em execução, no contexto do esforço de todo o Judiciário para assegurar o pagamento dos direitos adquiridos nas decisões judiciais. O GAX (Grupo de Apoio à Execução), uma das iniciativas que está gerando resultados mais positivos, ganhou novas instalações, estrutura e estratégias.

O GAX, formado por seis servidores e um juiz, auxilia as Varas do Trabalho nas ações necessárias para finalizar os processos de execução. No dia 15 de agosto, foram inauguradas as novas instalações, no edifício da Avenida Vicente Machado, 147, 8º andar, em Curitiba. O corregedor regional, desembargador Arnor Lima Neto, idealizador do Grupo de Apoio, apresentou aos magistrados presentes o novo espaço e comentou as estratégias de trabalho do GAX.

O Grupo de Apoio à Execução foi criado em março de 2010 pela Portaria Conjunta Presidência-Corregedoria 003/2010, adiantando-se à Meta 5/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a necessidade de criação, por parte dos Tribunais Regionais, de um núcleo de apoio às execuções. Desde que começou a atuar, o Grupo já auxiliou no andamento dos processos nas 1ª, 4ª, 9ª, 12ª, 13ª e 20ª Varas do Trabalho de Curitiba, onde foram emitidas mais de 2.100 guias de retirada e proferidos mais de 2.100 despachos. Foram utilizadas as ferramentas Bacenjud, Renajud, E-ofício, Infojud, Detran, Serpro e Copel (convênios com instituições como bancos, Departamento Nacional de Trânsito e outras), em mais de 2.300 oportunidades, com a finalidade de saldar as execuções pendentes.

Somente na 13ª Vara do Trabalho de Curitiba foi possível retirar 141 processos do arquivo provisório, local para onde os autos são enviados nos casos em que, embora haja decisão, a Justiça não encontra bens para pagamento desses direitos. Nesta mesma unidade, ainda se obteve êxito na conciliação em 88% das audiências em que as partes se encontravam presentes.

“A ideia da formação do Grupo de Apoio é criar uma nova mentalidade sobre a execução e unir forças para que os processos se resolvam e os créditos sejam pagos. Queremos também, com o GAX, dividir com todos as práticas que estão dando certo e, assim, alcançar a eficiência que tanto buscamos no Judiciário”, disse o desembargador Arnor Lima Neto, lembrando que a nova estrutura física, bem com os novos projetos a serem desenvolvidos pelo Grupo, terão efeitos ainda mais positivos nesse trabalho.

“O novo espaço propiciará a entrega de uma prestação jurisdicional mais efetiva. De nada adianta a sentença, se não há a execução do processo”, lembrou a vice-presidente do TRT-PR, no exercício da presidência, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão.



 Inara Passos

Magistrados se reuniram nas novas instalações do GAX para conhecer os planos de atuação do setor

► **PROJETO** - Encontra-se em estudo uma nova linha de atuação do GAX. A ideia é reunir processos diferentes, que tramitem em Varas distintas, mas que tenham em comum o mesmo devedor.

De acordo com o coordenador, juiz Paulo Possebon de Freitas, outra prioridade de atuação do Grupo está na utilização da certidão de crédito trabalhista. “Um dos principais objetivos é repensar os procedimentos de execução, de modo a contribuir para sua efetividade, tanto sugerindo práticas novas às unidades judiciárias, como colhendo suas boas experiências em procedimentos executórios. Nesse aspecto, o Grupo de Apoio à Execução se aprimora cada vez mais, adequando sua linha de atuação de forma a compatibilizar procedimentos e prioridades institucionais às necessidades de cada unidade”, salientou.

É o que se verifica, por exemplo, na atuação da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, na qual se priorizou, ao lado das outras atividades inerentes ao Grupo, também a expedição de guias de retirada, mandados de citação e, ainda, a atuação em processo de Ação Civil Pública da qual derivaram centenas de ações de execuções.

Sobre a passagem do Grupo pela 9ª Vara do Trabalho, o diretor de Secretaria Márcio Grisólia comentou: “Verifica-se que os atos processuais são realizados de forma rápida, sem erros e com compatibilidade de procedimentos com as ações praticadas pela Vara do Trabalho. Pudemos, assim, alterar toda a sistemática e logística de trabalho, utilizando novas estratégias com o propósito de aumentar a produtividade desta unidade, o que já há algum tempo estava em projeto, mas não tínhamos condições de por em prática, diante do grande acúmulo de serviço. Espero que outras varas que se encontram com dificuldades referentes à prestação de serviços possam ter o auxílio do Grupo, que está muito bem estruturado e organizado”, disse ele.

 Flaviane Galafassi

Servidores da Direção-Geral assinam compromisso de consumo consciente

Unidades interessadas podem solicitar o Certificado pelo CTA



O diretor-geral, Eduardo Rocha, e a equipe exibem o documento

A equipe da Direção-Geral tomou a iniciativa de assumir, espontaneamente, um compromisso de aplicação, no dia a dia, dos conceitos de consumo ambientalmente responsável. A declaração, assinada por todos os integrantes do setor, é resultado do III Encontro dos Multiplicadores do TRT-PR. A Certificação de Consumo Consciente, agora exibida em uma parede da DG, pressupõe práticas coerentes com a conservação ambiental. “Esta unidade tem uma equipe que age de maneira sustentável, visando atender as necessidades do presente sem comprometer o futuro das próximas gerações”, afirma o texto.

A iniciativa foi da servidora Ana Paula Lima Proença, multiplicadora da Comissão de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental no setor. “Isso é muito importante para lembrar as pessoas de que pequenas atitudes fazem toda a diferença. Mexer com o mundo e proporcionar mudanças são ações necessárias para o planeta e para nós”, disse Ana Paula, que entende que a certificação, mais que um diploma na parede, é um compromisso pessoal de cada servidor.

“O Certificado é um coroamento do esforço que a equipe da DG fez e faz para transformar o consumo consciente em uma atitude voluntária e solidária exercida diariamente”, ressaltou o diretor-geral, Eduardo Silveira Rocha. A proposta é obter a adesão de outras unidades judiciais e administrativas, com a intenção de levar os servidores a uma mudança de postura tanto dentro como fora do ambiente de trabalho. “Evitar o desperdício e contribuir para a conservação do meio ambiente devem ser obrigações de cada um, pois, durante o expediente de trabalho,

é comum a utilização de um grande volume de materiais descartáveis, a exemplo do que acontece com os copos plásticos”, explica a coordenadora do projeto na Comissão de Responsabilidade Socioambiental, Terezinha do Belém Schimuda.

A Certificação de Consumo Consciente é um projeto que atende às disposições das Metas Prioritárias do Conselho Nacional de Justiça – mais especificamente à Meta 6 (de 2010), que prevê a redução de pelo menos 2% do consumo per capita de energia, telefone, papel, água e combustível. Esse é o caminho que o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná vem trilhando por meio do

Programa “Consumo Consciente”, implantado pela Seção de Responsabilidade Socioambiental em 2007.

No setor público, o papel social referente a essas práticas pode influenciar a sociedade. Na opinião de Eduardo Rocha, quando a administração pública passa a observar em seus procedimentos licitatórios, por exemplo, o respeito ao tripé da sustentabilidade – socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto –, dá exemplo e impulsiona as mudanças nas empresas e no mercado consumidor. “Consumir de modo consciente tem a ver com pensar no hoje e, principalmente, no amanhã, nas próximas gerações. É garantir que todos continuarão dispondo de recursos não apenas para seu sustento, mas também para o conforto e o desenvolvimento contínuos”, reforça o diretor geral.

No Tribunal, já foram adotadas diversas ações positivas relacionadas ao consumo consciente, tais como o suporte de papel toalha que, além da economia, diminui a geração do lixo orgânico; a instalação de filtros de água; o uso de impressoras frente e verso; a preocupação com o destino final dos materiais de informática, evitando uma possível contaminação do meio ambiente, e a adoção de papel reciclado em substituição ao papel comum. São ações que favorecem a economia de materiais e contribuem para a conservação do meio ambiente.

Os interessados na implantação do Certificado de Consumo Consciente devem requerê-lo à Direção-Geral pelo Sistema de Controle de Tramitação Administrativa (CTA).

Danielle Mengarda, com edição e supervisão de Maria Celeste Corrêa

Vara do Trabalho de Telêmaco Borba reinaugura a sede reformada e ampliada



Luiz Munhoz

O presidente do TRT-PR, Ney José de Freitas, com a equipe da Vara de Telêmaco Borba e parte do grupo responsável pela obra

Foi entregue, em 19 de agosto, a obra de reforma da Vara do Trabalho do município de Telêmaco Borba. A cerimônia de inauguração contou com a presença do presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), desembargador Ney José de Freitas, do prefeito Eros Danilo Araújo e de autoridades locais. Com a inauguração, o atendimento ao público, que estava sendo realizado em outro prédio, volta a ocorrer na Rua Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 344. A sede da Justiça do Trabalho local passou por reformas para se adaptar aos padrões de acessibilidade e para atender ao crescente número de processos. “Com a nova instalação, será possível obter uma melhoria contínua nos serviços prestados pela Justiça do Trabalho à sociedade”, lembrou o presidente do TRT-PR, anunciando a chegada do processo eletrônico na unidade judiciária. A reforma da Vara do Trabalho de Telêmaco Borba não ampliou a área construída, de 490 metros quadrados, mas houve acréscimo de espaço útil no pavimento superior (201 metros quadrados). “Essa readequação nos permitiu ter duas salas de audiências no lugar de uma, com mais espaço para o atendimento ao público e para o trabalho dos servi-

dores”, comemorou a juíza Jocélia Mara Martins Samaha. Com a reforma, a sede terá duas salas de audiências, dois gabinetes para os juízes, sala dos assistentes, sala da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sala técnica de informática, área de atendimento ao público, banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais, secretaria, copa e garagem coberta.

Flaviane Galafassi



Luiz Munhoz

O prefeito Eros Araújo e o presidente do TRT descerram a placa comemorativa

Semana da conciliação resulta em mais de mil acordos, no valor de R\$ 21 milhões

A Semana Regional de Conciliação, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná de 22 a 26 de agosto, resultou em 1030 acordos. Foram realizadas, no período, 2001 audiências de 1º e 2º Graus, o que corresponde a um êxito de 51%. Em cinco dias, foram feitos acordos que somaram mais de R\$ 21 milhões. Somente em Curitiba, nos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus (JACs 1 e 2), foram realizadas 331 audiências, distribuídas nas seis salas da Avenida Vicente Machado, número 400, no prédio anexo ao Fórum do Trabalho. Também ocorreram audiências na 7ª, 13ª, 15ª, 16ª e 21ª Varas de Curitiba.

No JAC 1, o índice de conciliação foi de 70%, com 241 audiências encerradas e 170 acordos homologados. No Juízo de 2º Grau, JAC 2, foram realizadas 90 audiências, com 45 acordos homologados. No interior do Paraná, ocorreram audiências nas Varas do Trabalho das cidades de Apucarana, Bandeirantes, Campo Mourão, Cianorte, Cambé, Ivaiporã, Nova Esperança, Telêmaco Borba, Pato Branco, Palmas, Pinhais, 1ª, 2ª e 3ª Varas de São José dos Pinhais, 3ª Vara de Foz do Iguaçu, 2ª Vara de Araucária, 1ª e 2ª Varas de Umuarama, 2ª Vara de Maringá e 2ª Vara de Londrina.

Em Nova Esperança, além das audiências de conciliação, o juiz Luiz Antonio Bernardo organizou um evento cultural que contou com a apresentação do Grupo "Gato de Beco" e com uma exposição de artes plásticas, fotografias e textos literários coordenada pela artista plástica Taís Farinassi.

► **SUCESSO** - Entre os acordos da Semana Regional de Conciliação está o maior deles, em termos financeiros, já realizado pelos Juízos Auxiliares de Conciliação em Curitiba: R\$ 2,6 milhões. Conduzido pelo juiz Sandro Augusto de Souza, o acordo foi resultante de dois processos que tramitavam no TRT do Paraná e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), ambos movidos por um trabalhador contra uma instituição bancária. O processo se originou devido a uma doença laboral adquirida pelo empregado em seu período de trabalho, na área de sistema de informação. "O valor é o mais alto já conciliado em toda a história dos Juízos Auxiliares, e esse é o nosso objetivo: efetivar um acordo e satisfazer as duas partes da melhor maneira", ressaltou o juiz Sandro de Souza.

O juiz também participou de um acordo pouco comum no Judiciário Trabalhista, envolvendo uma relação de trabalho entre dois irmãos. "A situação foi surpreendente e comoveu a todos. A própria advogada da parte resolveu diminuir os valores dos honorários. Era um acordo que envolvia dois irmãos, algo além da Justiça. Era uma família em jogo. Um abriu mão dos valores e o outro se propôs a pagar os honorários advocatícios do autor", comentou o magistrado. "Nós temos uma relação amigável e esse problema ficou todo no passado", disse o irmão que teve a dívida perdoada.

✍ Marcos Dias, com edição e supervisão de Flaviane Galafassi

O movimento na busca dos acordos

Nos bastidores dos acordos realizados durante a Semana Regional de Conciliação estão servidores, juízes e desembargadores que fazem parte dos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus (JAC 1 e JAC 2). No total, são oito servidores e 12 magistrados, além de três estagiários. Foram cinco dias de muito movimento, mas o empenho do grupo começou antes mesmo da realização da Semana. A diretora substituta da divisão, Patrícia Corricondo, relatou que "a Semana Regional iniciou, na verdade, três semanas antes, com o envio de notificações das partes e solicitações dos processos, e terminará entre duas e três semanas depois, para que possa ser feita a organização dos acordos realizados".

Os Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus atuam desde 2007 e, segundo Patrícia Corricondo, o setor visa "cultivar a política da conciliação no Tribunal". A primeira servidora lotada da sessão, atualmente diretora

da divisão, Marieta Siqueira Nóbile, resalta a evolução do setor dentro dos acordos realizados. "São quatro anos de JACs sendo que, nos primeiros anos, recebíamos 100 processos. Hoje, são mais de mil. É a segunda Semana Regional de Conciliação realizada e o reflexo do avanço nas técnicas do acordo é que houve uma adesão maior entre as unidades do interior, 24 no total", concluiu a servidora.

Para Patrícia Corricondo, só foi possível obter sucesso na Semana Regional de Conciliação devido ao apoio recebido do Tribunal. "Movimentamos vários setores: o Grupo de Apoio à Execução (GAX), a Direção Geral, a equipe de Serviços Gerais, além de outros setores que trabalharam em paralelo conosco. Foi um trabalho em conjunto", destaca a diretora.

✍ Marcos Dias, com edição e supervisão de Flaviane Galafassi

Juíza de Curitiba recebe do TST a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho



A juíza Patrícia de Matos Lemos (terceira da esquerda para a direita) com o presidente da Amatra-IX, Carlos Conte, a vice-presidente do TRT-PR, Rosemarie Diedrichs Pimpão, o presidente do TRT-PR, Ney José de Freitas, o ministro do TST Fernando Eizo Ono e a juíza Morgana Richa, ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça

A juíza Patrícia de Matos Lemos, titular da 10ª Vara do Trabalho de Curitiba, foi a única magistrada a receber, no dia 11 de agosto, em Brasília, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, entregue anualmente pelo Tribunal Superior do Trabalho a personalidades que se destacaram por suas contribuições à Justiça e ao Direito do Trabalho. "Estou muito orgulhosa de ter recebido essa homenagem dos meus pares", disse a juíza. Patrícia de Matos Lemos está na Justiça do trabalho há 17 anos e atuou nas cidades de Maringá, São José dos Pinhais, Paranaguá e Curitiba. "Logo que ingressei na carreira, me interessei muito por todas as áreas e ramos que envolvem a Justiça do Trabalho, inclusive na parte legislativa, e com isso acabei me dedicando à Associação dos Magistrados, onde desenvolvia muito essa tarefa de assessoria legislativa. Exerci essa tarefa por 13 anos, envolvida com o movimento associativo", completou a juíza.

Novas Varas do Paraná implantam processo eletrônico

As últimas 32 Varas do Trabalho do Paraná que ainda recebiam processos pelo sistema antigo, em papel, passaram a atuar com o processo eletrônico a partir do dia 22 de agosto. O novo sistema, que começou a ser implantado em 2009, em Curitiba, e já funcionava em 54 Varas, proporciona maior agilidade no trâmite dos processos e poupa tempo para os advogados. "Além da agilidade propiciada pela eliminação dos trabalhos mecânicos da secretaria, o processo eletrônico oferece inúmeras vantagens ao usuário, como peticionamento 24 horas e consulta via internet, sem necessidade de locomoção até a Vara do Trabalho", explica o coordenador do processo eletrônico no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT), juiz Bráulio Gabriel Gusmão.

As novas varas digitais são as de Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Irati, Ivaiporã, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Nova Esperança, Palmas, Paranaíba, Telêmaco Borba, Toledo e União da Vitória, além dos Postos de Atendimento da Justiça do Trabalho de Loanda, Palotina e Pitanga e Fóruns de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranaguá, Ponta Grossa e Umuarama.

Com foco na execução, Justiça do Trabalho do Paraná é a segunda que mais arrecada

Neste ano, somente em custas e emolumentos, a Justiça do Trabalho arrecadou mais de R\$ 524 milhões. Trata-se de um recorde, em comparação com anos anteriores. A execução dos valores resultantes das execuções de créditos judiciais (condenações trabalhistas) e de acordos celebrados em juízo passou a ser atribuição da Justiça do Trabalho desde a edição da Emenda Constitucional 20/98. Segundo a emenda, a Justiça do Trabalho é competente para executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no artigo 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.

Antes, a Justiça apenas dava ciência ao INSS sobre a existência do débito previdenciário para que a autarquia previdenciária ajuizasse execução na Vara Federal. Na época em que a emenda foi promulgada, diversos doutrinadores criticaram a inovação legal, dizendo que, além de inconstitucional, tal medida representaria mais uma carga para a Justiça do Trabalho, já tão assoberbada, e não havia estrutura no Judiciário Trabalhista para receber esta nova incumbência.

Todavia, como demonstra o Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2010, essa prática vem contribuindo para o melhor aparelhamento da Justiça do Trabalho, a diminuição da sonegação e o aumento da arrecadação. O relatório mostra que a arrecadação da Justiça do Trabalho decorrente de suas decisões cresceu 0,65% em relação a 2009, totalizando R\$ 3,1 bilhões. Esse valor correspondeu a 27,58% de toda a despesa orçamentária executada, enquanto na Justiça Estadual esse percentual foi de 17% e na Justiça Federal chegou a apenas 0,5% (conforme o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça). A arrecadação de INSS pela Justiça do Trabalho, de 2005 a 2010, subiu de R\$ 990 milhões para R\$ 1,85 bilhão, ou seja, quase dobrou. O motivo desse aumento seriam as medidas adotadas para agilizar a execução, como o BacenJud,

um convênio da Justiça do Trabalho com o Banco Central para fazer bloqueios on-line de contas bancárias para pagamento de dívidas trabalhistas, e também os mutirões nacionais e regionais de conciliação, a criação de Juizados Especiais de conciliação de precatórios, acordos com governos e prefeituras para o pagamento de precatórios e a centralização de execuções de diversas ações contra a mesma empresa.

O Relatório mostra ainda o desempenho de arrecadação de todas as regiões judiciárias do País. A 2ª Região, em São Paulo, foi a que mais arrecadou: R\$ 421 milhões. Em segundo lugar aparece a 9ª Região (Paraná), com mais de R\$ 415 milhões arrecadados entre custas, emolumentos, previdência social, imposto de renda e multas, deixando para trás tribunais de Estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A arrecadação do TRT do Paraná correspondeu a 64% do orçamento destinado pelo Governo Federal a este Regional para o exercício de 2010. Arnor Lima Neto, desembargador Federal do Trabalho e Corregedor do TRT-PR, explica que o bom desempenho é reflexo de uma antiga preocupação na 9ª Região em relação à conclusão das execuções de créditos judiciais. Informa que foi criado, por exemplo, o GAX (Grupo de Apoio à Execução) por iniciativa da Corregedoria Regional e com o apoio da Presidência, antes mesmo da estipulação da Meta 5/2011 do CNJ, específica para a Justiça do Trabalho. O grupo é formado por um Juiz do Trabalho Substituto, servidores e estagiários, com o objetivo de aprender e replicar boas práticas entre as unidades. Para Neto, deve-se pensar não só na prolação das sentenças mas também na efetiva cobrança do litígio.

Site Última Instância

Justiça do Trabalho agora tem sua própria Agência de Notícias

Está no ar, desde o dia 15 de agosto, na internet, a Agência de Notícias da Justiça do Trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio de suas assessorias de comunicação social, encaminham para o portal as notícias de decisões do judiciário trabalhista, com atualizações diárias e textos acessíveis. O objetivo é aproximar ainda mais o judiciário trabalhista da sociedade brasileira, proporcionando o contato com temas jurídicos, discussões e decisões ocorridas nos 24 Regionais. A agência faz parte de um projeto que está dividido em três momentos, e é de iniciativa conjunta do TST, TRTs e CSJT. Teve início com uma reunião, em maio deste ano, envolvendo os 24 assessores de comunicação de todos os Regionais, prosseguiu com a consolidação da Agência de Notícias e terá sequência com o programa de TV "Jornada", na TV Justiça – uma revista eletrônica que aborda o universo da Justiça do Trabalho. A agência de notícias pode ser acessada pelo endereço: <http://portal.csjt.jus.br/web/anjt>.